

LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176p.

Ricardo Adriano de Andrade¹

O livro *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*², foi publicado em abril de 1917 na cidade de Petrogrado, Rússia por Vladimir Ilitch Ulianov – mais conhecido como Lenin. Lenin já havia escrito, entre outras obras, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*³, 1899 e *Que Fazer?*, 1902⁴. Estes dois livros permitem entender o traçado intelectual do autor e a possibilidade de escrever o *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo* utilizando a análise econômica como fio condutor, como determinação central para interpretar e objetivar resoluções para os problemas políticos nevrálgicos no movimento da luta de classes do início do século XX. O objeto analisado por Lenin nesta obra é a produção imperialista, especificamente a sua *natureza econômica*.

Comenta o autor que devido a “uma certa insuficiência de materiais” franceses, ingleses e russos, além da censura do regime czarista, as condições de trabalho em que se encontrava durante a produção do livro propiciavam uma análise bastante limitada – especialmente em relação aos apontamentos políticos (p. 23). Contudo, o acesso às obras *Imperialismo*, 1902, de John A. Hobson (segundo Lenin, o livro mais importante sobre o imperialismo) e *O Capital Financeiro*, 1910, de Rudolf Hilferding⁵ foi possível traçar um itinerário minucioso, percorrendo documentos (relatórios, boletins) e revistas econômicas disponíveis de alguns países (principalmente da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos da América).

Neste contexto, o revolucionário russo, priorizando os aspectos relacionados a capacidade e relações de produção da economia capitalista mundial no início do século XX, apresenta neste ensaio, de forma sumaria, o seguinte panorama: a combinação de empresas, de diversos e distintos ramos industriais, e a concentração da produção viabilizam a criação de grandes monopólios – cujos bancos, articulados nesses monopólios assumem a função de intermediários nas principais relações da produção. E, conseqüentemente, a fusão entre o capital das indústrias e o capital dos bancos viabiliza o capital financeiro – este “gera” uma oligarquia financeira. Para Lenin, a realidade das *relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo*⁶. Logo, nesse conjunto da produção mundial, os Estados de economia subordinantes, partilham o mundo, disputam entre si a produção e a dominação dos países de economia subordinadas. Esse processo atinge um grau de desenvolvimento que possibilita, indivíduos viverem do “corte de cupons”, da renda gerada por outros e, ao mesmo tempo, expressa a deliquescência do “modo de ser” burguês – uma possibilidade objetiva para a além da sociedade capitalista.

Para o autor, inaugura-se na história da humanidade uma “nova forma de ser” do processo de produção do capital, uma nova etapa: o imperialismo ou capital monopolista.

Desta forma, os determinantes políticos e sociais, embora não extensivamente tratados por Lenin, na razão correspondente as particularidades históricas de cada país, são descritos, de forma genérica, no conjunto das relações sociais sem descartar os seus nexos com a luta de classes circunstanciada no período histórico – a função social do rentista (p. 138), “o capital importado” que cria condições para “crescente resistência dos povos” (p. 163-164), além do embate com análise de Karl Kautsky⁷ sobre a mesma temática (p. 123-164), são exemplos concretos.

Na análise histórica de Lenin *o real é o que engendra a interpretação, o curso da história, a atividade dos homens que perseguem seus objetivos é o que informa*, nesse sentido, tal concentração da produção é datada historicamente em três períodos: 1) de 1860 a 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência, onde os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2) após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que constituem uma exceção – de pouca estabilidade, representando um fenômeno transitório; e 3) auge de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903, os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica: nesta etapa, o capitalismo transformou-se em imperialismo (p. 44).

Assim, o processo de concentração da produção e criação de monopólios, o imperialismo, determina novas funções para os homens que se objetivam no processo de produção: tanto na criação de novas necessidades (outras formas de trabalho, ampliação de território, ampliação do sistema de transportes e comunicação) quanto no engendramento de novas possibilidades (a ampliação da capacidade produtiva dos países ou socialização da produção). Contudo, Lenin comenta que a finalidade da concentração da produção, quando se efetiva em uma possibilidade concreta, torna-se, cada vez mais uma produção social, porém “os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos”. (p. 48). Logo, este quadro geral permite uma agudização do processo de exploração das forças de trabalho no conjunto da produção e a permanência da forma social burguesa. Ou seja, “a produção torna-se social mas a apropriação continua privada” (Ibidem).

Com efeito, a união desses monopólios, se manifesta na organização imposta pelos Estados subordinantes via: privação de matérias-primas (imposição da adesão aos cartéis), privação de mão de obra (por meio de empresas e sindicatos), privação de meios de transportes, restrição das possibilidades de venda (no encerramento ou restrição de mercados), acordos e relações exclusivas com os cartéis, diminuição sistemática dos preços, privação de créditos e boicote. Os traços gerais desse movimento se concretizam não na livre concorrência entre pequenas e grandes indústrias, entre empresas tecnicamente atrasadas e tecnicamente avançadas, mas sim no controle de todos os aspectos da produção e no aniquilamento pelos monopólios daqueles que “não se submetem ao seu jugo, à sua arbitrariedade” (p. 48-49).

A partir dessa processualidade histórica, o autor aponta para uma nova função dos bancos: de intermediários, que transformam o capital monetário inativo em ativo (em linhas gerais, gerador de lucro)

passam a ser agentes reguladores do capital monetário de grandes grupos. Os monopólios então, não se constituem somente num conglomerado de fábricas e empresas de um mesmo ramo, mas também, em sua estrutura se situam os bancos com a função de regulação determinando projeções para investimentos, empréstimos e ações (p. 60-61; p. 68). Essa constituição dos monopólios, a incorporação estrutural dos bancos, possibilita a formação do capital financeiro (resultado da fusão do capital monetário com o capital bancário, tal como foi já comentado). Esta “gestão” exercida pelos monopólios capitalistas corresponde à necessidade de regulação desse capital financeiro que “fica, inevitavelmente, nas condições gerais da produção de mercadorias e da propriedade privada”, sob a dominação de uma oligarquia financeira (p. 75-76).

A exportação de capitais, a partilha do mundo entre os grupos capitalistas (anexação de regiões não só de caráter predominantemente agroexportador) e entre as grandes potências econômicas (a crescente vinculação do Estado na constituição desses monopólios) são as formas de existência desse movimento histórico. O capitalismo monopolista, desse modo, se expande entre os países – seja pelos investimentos viabilizados por contratos de intervenção ativa na produção e sua apropriação privada (credor e devedor), seja por meio da intervenção militar na conquista de territórios (financiando guerras locais e internacionais). Essa forma de expansão constringe todos os processos de trabalho e demais dimensões da vida social – por exemplo, o “aburguesamento” de frações da classe trabalhadora (p. 146).

Evidentemente, todos esses processos não se dão de maneira mecânica. São causalidades históricas postas em movimento no quadro de circunstâncias complexas e determinadas as quais no momento de sua objetivação possibilitam alternativas concretas, dentro de possibilidades objetivas, para o fazer histórico dos homens. É nessa perspectiva que Lenin critica a análise de Karl Kautsky sobre a problemática do imperialismo.

Para Kautsky, o imperialismo seria um produto do capitalismo industrial altamente evoluído, assim “do um ponto de vista puramente econômico [...] não está excluído que o capitalismo passe ainda por uma nova fase; a aplicação da política dos cartéis à política externa, o estágio do ultraimperialismo” (p. 129-130). Lenin rebate essa ideia afirmando que o imperialismo “como todo monopólio” gera uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se estabelecem, ainda que momentaneamente, preços monopolistas, ocorre o desaparecimento, até determinado ponto, das causas “estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço; com isso, surge também a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico” e certamente “o monopólio sob o capitalismo nunca pode eliminar, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência no mercado mundial” (p. 137-138). Naturalmente, “a possibilidade de reduzir os custos de produção e de aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, age em favor das modificações”. Porém “a *tendência* para estagnação e para decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar, e há períodos em que consegue se impor em certos ramos da indústria e em certos países” (p. 138).

A livre concorrência entre as empresas não explica o movimento histórico que engendra a função de regulação e de caráter decisório dos bancos. E, também, não possibilita explicar o “parasitismo” dos rentistas que vivem de títulos e ações. – o capital industrial nos dá o capitalista industrial, o capital monopolista, onde impera o capital financeiro, produto histórico da concorrência entre grandes monopólios, gera uma nova forma de exploração da força de trabalho, o rentista. Assim a teoria do ultraimperialismo de Kautsky não tem concretude.

As determinações centrais a respeito do capitalismo monopolista, expostas por Lenin no seu ensaio *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo* são historicamente determinadas. Assim como o indivíduo Vladimir Ilitch Lenin, e seu pensamento, são produtos históricos, são resultados de circunstâncias históricas específicas. Desta forma, em que medida uma obra produzida no início do século XX, por um ser humano que experienciou, de forma concreta, um processo revolucionário da história da humanidade, traz questões para os homens no início dos anos 10 do século XXI? Ou, mais especificamente, em que medida a análise do autor sobre o imperialismo contribui para a compreensão do movimento atual do processo de produção do capital?

Qualquer projeção de debater quase um século de história dos homens, e suas particularidades, por meio de uma resenha, seria uma tarefa infrutífera, pois pouco determinada, de poucas mediações, portanto, pouco correspondente à realidade concreta já que a ampla produção teórica, de marxistas e não marxistas, sobre o assunto, no seu conjunto, corresponde de forma suficiente às principais questões teóricas deste século e confirmam a atualidade do estudo de Lenin⁸. Pode-se considerar a mesma assertiva em relação ao lugar, o espaço onde se produz essa resenha: uma revista científica brasileira direcionada à temática da formação humana, aos debates sobre a educação no seio da sociedade burguesa.

Contudo, a análise de Lenin, baseada na interpretação da realidade, na análise imanente do curso da história da humanidade⁹ – onde os únicos pressupostos são os homens que objetivam sua existência por meio do trabalho –, na teoria de Karl Marx e Friedrich Engels, possibilita compreender a produção capitalista como um todo. Explica os processos particulares e mais amplos, universais. Assim, portanto, seria possível, atualmente, discutir a educação, na particularidade histórica brasileira, em sentido amplo, sem problematizar as questões sobre o mercado de livros didáticos ou o controle exercido pelo Banco Mundial (e demais agências financiadoras) sob o sistema de ensino? Tais manifestações históricas nas salas de aula das escolas estatais não possuem um nexo expressivo com os conglomerados de monopólios do mercado editorial, além da função de controle econômico e político dos Bancos que se expandem até o Ensino Superior? Essas determinações históricas, no caso dos livros didáticos desde o período político do “estado novo” enquanto os receituários do Banco Mundial datam desde os anos 80 do século XX, permanecem ainda inseparáveis do curso da história da política educacional brasileira. O procedimento metodológico adotado por Lenin e as determinações expostas na obra *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo* são indispensáveis para capturar as principais mediações do complexo educativo e possibilitar resoluções políticas para alteração dessas determinações.

Nesse sentido, num traçado mais amplo, cabem ainda algumas questões: o capitalismo, a produção do capital hoje “deixou” de ser monopolista e imperialista? Cessaram-se as guerras imperialistas na e pela disputa de mercados, de capacidades produtivas? E o mais importante, as resoluções concretas para uma transição para além do capital estão encerradas?

No período histórico da produção do *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*, é reconhecida a “superioridade” da análise especificamente econômica de outros marxistas em relação a Lenin, além da “pouca” originalidade em relação ao aspecto econômico da sua análise sobre o imperialismo¹⁰. Porém, também é reconhecido que esta mesma obra, e de forma exclusiva, articulou de maneira científica a análise da produção imperialista e as necessidades políticas do período.

Assim sendo, como é enfatizado pelo autor, o problema, o entrave central para um outro “modo de ser” da humanidade, nesta fase da sociedade capitalista, imperialista, permanece sendo a *apropriação privada de uma produção cada vez mais social*. Diante desse problema concreto, a resposta, a resolução histórica dada pelos homens e mulheres no início do século XX, foi a revolução russa dirigida pelos bolcheviques. Atualmente, diante, substantivamente, do mesmo problema, quais são as respostas objetivadas pelos homens e mulheres do século XXI para redefinição dos atuais horizontes teóricos e práticos da sociedade?

Notas:

¹ Mestrando em Filosofia e História da Educação, Grupo HISTEDBR, Faculdade de Educação – UNICAMP. Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (2008) com Especialização em Informática na Educação (2010) pela mesma instituição. Email: r.adrianoandrade@gmail.com

² A presente edição, conforme editora, tomou por base a “versão portuguesa *O imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)*, in LENIN, Vladimir Ilitch. **Obras Escolhidas em três tomos**. Lisboa-Moscou: Editorial “Avante” – Edições Progresso, 1977, Tomo I, p. 575-671” e foi cotejada com as versões espanhola, francesa e inglesa respectivamente: *El Imperialismo, fase superior del capitalismo (esbozo popular)*. In: LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras Escolhidas em tres tomos*. Moscú: Editorial Progresso. Tomo I. s/d. p. 689-798, In: LÉNIN, Vladimir Ilitch, *Oeuvres choisies en trois volumes*. Moscou: Éditions du Progrès. 1. 1971. p. 655-758 ; *Imperialism, the highest stage of capitalism (a popular outline)*. In: LENIN, Vladimir Ilitch. *Select Works in the three volumes*. Moscow: Porgress publishers. 1. 1970. p. 667-768 (p. 7).

³ O livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* foi escrito no primeiro semestre de 1916 em Zurique, Suíça durante o exílio do autor. Em 2 de julho de 1916, após conclusão do manuscrito o “envia à Edições Parus, fundada em dezembro de 1915”. Os elementos mencheviques que dirigiam a editora eliminaram do livro a crítica às teorias oportunistas em voga. “Chegado à Rússia, Lenin redigiu, em 26 de abril de 1917, o prefácio da obra”, a qual apresentada pela Edições Parus “sob o título *O imperialismo, etapa mais recente do capitalismo (ensaio popular)*” (p. 23).

⁴ Há edições brasileiras de ambas as obras conforme: LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução e introdução de José Paulo Netto. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1982; LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **Que fazer?** Problemas candentes do nosso movimento. Tradução de Marcelo Braz. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁵ Disponível em português, conforme: HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

⁶ Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, analisando a particularidade histórica do capitalismo russo, Lenin o faz, fundamentado na teoria marxista, sempre a discutindo em relação a sua função específica no conjunto da produção da economia capitalista, como constitutiva de uma totalidade.

⁷ Karl Kautsky (1854-1938): intelectual e dirigente político da social-democracia alemã e da Segunda Internacional. Foi o responsável pela organização e publicação do quarto volume da obra *O Capital de Karl Marx (As Teorias da Mais-Valia)*, fundou o periódico alemão *Die Neue Zeit (A Nova Época)*, também publicou, de sua autoria, *A Questão Agrária (1899)* e *A Ditadura do Proletariado (1918)*. Lenin analisa a vulgarização e abandono da teoria marxista por Karl Kautsky na obra *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky (1918)*.

⁸ Somente a respeito da temática imperialismo, de obras recentemente publicadas, seguem: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: São Paulo, SP: UNICAMP: Boitempo, 2002; HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004; FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. Além de uma brilhante apresentação sobre a obra resenhada, conforme: SAMPAIO JÚNIOR, Plínio Arruda. *Porque voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução* In: LENIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo, etapa superior do capitalismo. Apresentação de Plínio Arruda Sampaio Júnior. Campinas:FE/UNICAMP, 2011(edição eletrônica disponível em: http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf).

⁹ Sobre a maneira científica de analisar o real, Lenin ironiza: “para explicar a unidade do Partido Socialista Alemão e o fracionamento do francês, não há nenhuma necessidade de vasculhar as particularidades da história de um ou de outro país, comparar as condições de semiabsolutismo militar e o parlamentarismo republicano, analisar as consequências da Comuna e as da lei de exceção contra os socialistas, comparar a situação e o desenvolvimento econômicos, recordar como “o crescimento ímpar da social-democracia alemã” foi acompanhado de uma luta vigorosa inigualável na história do socialismo, não só contra as aberrações teóricas [...] etc., etc. Tudo isso é supérfluo! Os franceses discutem entre si porque são intolerantes; os alemães estão unidos porque são bons moços. [...] *Só através da experiência histórica* se pode resolver definitivamente, e sem voltar atrás, o problema de saber se assumem a posição de luta de classes do proletariado (LENIN, *Que Fazer?*, Expressão Popular, 2010, p. 65-66).

¹⁰ Para citar alguns estudos a respeito seguem as indicações: LUKÁCS, György. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2012; e GENRO, Tarso Fernando; GENRO FILHO, Adelmo. **Lenin**: coração e mente. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2003.

Recebido em: 30/09/2012

Publicado em: 05/2013